

Benefícios fiscais ilegais

Conforme definido em assembleia geral da categoria, o Sindifisco-PB irá questionar judicialmente os benefícios fiscais concedidos pelo Governo que não tenham sido aprovados pelo Confaz em conformidade com a Lei Complementar 24/1975.

Em ofício encaminhado ao Secretário Executivo da Receita, o Sindifisco cobrou transparência e publicidade destes atos administrativos, com a publicação de todos os chamados Termos de Acordo.

A concessão de renúncia fiscal através dos Termos de Acordo alimenta a guerra fiscal nos Estados e prejudica a livre concorrência, prejudicando todo o povo paraibano.

Fórum dos Servidores

Vários deputados estaduais confirmaram presença no café-da-manhã que o Fórum dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado da Paraíba promove, nesta segunda-feira (13), às 8h, na sede do Sindifisco.

O objetivo é estreitar ainda mais o relacionamento entre os servidores e os parlamentares, para que eles intermediem um canal de negociação entre os servidores e o Governo do Estado. Ainda no evento, as entidades entregarão um documento contendo as reivindicações de cada categoria.

O Fórum vem recebendo, cada vez mais, a adesão das categorias, fortalecendo a luta dos servidores estaduais.

Condições de trabalho

A marca deste Governo tem sido o descaso com a estrutura administrativa do Fisco. Se não bastasse o descumprimento das leis, o Governo não oferece as mínimas condições de trabalho. Prosseguem os problemas, já denunciados diversas vezes, que vão, desde a infraestrutura, até a falta de material de limpeza e expediente nos postos fiscais e coletorias do Estado.

Os auditores também não contam com pessoal de apoio em número suficiente para a demanda de trabalho dos setores. Com isso, há um comprometimento da eficiência e prestação de serviços ao contribuinte.

O Sindifisco-PB cobrou do Secretário da Receita, Marialvo Laureano, através de ofício, medidas urgentes para que o Fisco tenha as condições necessárias para desempenhar suas funções, haja vista que o resultado desse trabalho é essencial à Paraíba.

Insegurança

A falta de segurança nos postos e repartições fiscais é outro problema que o Governo não demonstra a mínima intenção de solucionar. Desde o início de 2011, o Sindifisco-PB fez constantes denúncias da irregularidade, apontando inclusive os locais onde não há policiamento.

Até o momento, nenhuma medida foi adotada e os auditores seguem expostos aos riscos de assaltos e agressão física. Será necessário acontecer uma tragédia para o Governo tomar as providências?

Participação política

O Conselho Deliberativo da Fenafisco, na última semana, discutiu a importância da participação dos auditores fiscais enquanto cidadãos nos debates das eleições deste ano, que serão fundamentais para a escolha, em 2014, dos candidatos a deputado, senador, governador e presidente.

Os fiscais em todo o país irão contribuir no debate, nas questões técnicas de ordem tributária. A experiência do seu cotidiano pode conscientizar os futuros governantes para a importância do fiscal para o desenvolvimento de políticas fiscais que melhorem a distribuição da renda e promovam o crescimento do País.

Seminário

O Sindifisco-PB contribuirá com os debates técnicos e políticos no país, conscientizando a população da responsabilidade de escolher democraticamente pessoas comprometidas com a Administração Tributária e com os interesses do povo paraibano.

No início de março será realizado um seminário para tratar de assuntos de interesse da categoria fiscal, entre eles a participação política de auditores. O evento contará com a participação de uma Comissão da Fenafisco.

Reajuste pífio e arrecadação crescente

O segundo maior crescimento da arrecadação de ICMS de 2011, no Nordeste, pertence à Paraíba, conforme levantamento de órgão ligado ao BNB, contribuindo para o crescimento da região acima da média econômica brasileira.

Durante todo o ano de 2011, o Governo negou reajustes aos servidores, alegando não haver condições financeiras para arcar com esses compromissos, mesmo quando os valores para os reajustes estavam previstos na LDO e em Lei específica, como a Lei do Subsídio.

Dinheiro tem. Mas para onde está indo?

Competência da ALPB

Conforme a Constituição Estadual, artigo 52, cabe à Assembléia Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do

Estado, especialmente sobre sistema tributário, além da criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública estadual. Ao publicar as Medidas Provisórias 183, 184 e 185, o Governo comprova, mais uma vez, sua intenção de tolher as competências institucionais da Assembleia Legislativa.